

A MULHER NEGRA E SEUS DESAFIOS NOS TEMPOS ATUAIS.

Cleomara Rodrigues do Nascimento¹
Antônia Maria Silva de Araújo²
Alda Maria Silva do evangelho³
Marilene Silva do Evangelo⁴
Maria Verônica Meira de Andrade⁵

RESUMO

O presente artigo aborda os tempos atuais da mulher negra e seus desafios, observando a discussão de suas tendências e de seus dilemas contemporâneo, que por ser mulher e negra tem uma trajetória bem maior e dificultosa na luta por seus direitos na sociedade em prol da superação das desigualdades racial e de gênero com o intuito de expandir o debate sobre o papel do movimento feminismo clássico, saúde e combate a exploração da mulher negra, através de seus modelos organizativos, nas mídias sociais, no mercado de trabalho, na busca do direito a uma saúde qualificada e pelo simples direito de ir e vir com liberdade. Objetivando refletir sobre os múltiplos aspectos que caracterizam o movimento da mulher negra e como estes contribuem para os padrões de desigualdade sua constituição enquanto sujeitos sociais, focando o contexto da saúde da mulher, valorizando a importância da diversidade étnica e cultural os fatores foram analisados que podem ser citadas como causadores para a consciência do recorte racial e de gênero, incluindo a trajetória social e políticas públicas dessas mulheres. A pesquisa será executada mediante a realização de um estudo bibliográfico, levantamento em livros, artigos científicos, revistas técnicas e internet, com uma abordagem qualitativa. Partindo deste pressuposto, utilizados CARNEIRO (2003); PIOVESAN, (2010). Entende-se que é necessário refletir sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil, especialmente em suas interfaces com relação às mulheres negras, mostrando a importância da vinculação entre raça, gênero e identidade como fenômenos historicamente determinados, pois, vivemos em uma sociedade machista e preconceituosa.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Políticas Públicas, Saúde, Movimentos, lutas.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem objetivo em fazer alguns questionamentos sobre mulher negra e seus desafios nos tempos atuais, tendo em vista a discussão de suas tendências e de seus dilemas

¹ Pós-Graduanda em Educação e Ensino de Ciências no Instituto Federal de Maranhão, campus Caxias - IFMA, cleo_nascimento.ufpi@hotmail.com;

² Pós-Graduanda em Educação e Ensino de Ciências no Instituto Federal de Maranhão, campus Caxias - IFMA, antonia-cx-maria@hotmail.com;

³ Pós-Graduanda em Educação e Ensino de Ciências no Instituto Federal de Maranhão, campus Caxias - IFMA, aldaevangelho@hotmail.com;

⁴ Pós-Graduanda em Educação e Ensino de Ciências no Instituto Federal de Maranhão, campus Caxias - IFMA, marilene14evangelho2@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Doutora em Zootecnia, Instituto Federal de Maranhão, campus Caxias - IFMA, veronicameira@ifma.edu.br.

contemporâneos, no primeiro momento da sua atuação nos movimentos sociais que tiveram como foco o combate ao racismo, à discriminação, combate da exploração da mulher negra como também o movimento feminismo classista e a desigualdade racial com o intuito de ganhar espaço na proposta de políticas públicas e de condições concretas de participação da sociedade no processo de reeducação, no que se refere à mulher negra e em prol do combate ao racismo. Acredita-se que esta pesquisa trás um esclarecimento acerca da condição em que a mulher se encontra nos tempos atuais, a assim, discriminada em devidos aspectos da sociedade, motivo que justifica a relevância deste estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa será executada mediante a realização de um estudo bibliográfico, levantamento em livros, artigos científicos, revistas e internet, com uma abordagem qualitativa. Partindo deste pressuposto, utilizei CARNEIRO (2003); PIOVESAN, (2010). Entende-se que é necessário refletir sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil, especialmente em suas interfaces com relação às mulheres negras, mostrando a importância da vinculação entre raça, gênero e identidade como fenômenos historicamente determinados, pois, vivemos em uma sociedade machista e preconceituosa.

DESENVOLVIMENTO

DEPOIS DE MUITOS ANOS DE ABOLIÇÃO, POPULAÇÃO E A MULHER NEGRA AINDA SOFREM COM A DESIGUALDADE.

O campo dos estudos sobre as 'relações raciais' cresceu e se diversificou ao longo dos séculos XX e XXI no Brasil. Os anos passaram desde a abolição da escravidão, e continua a haver no Brasil relações raciais desequilibradas, com negros condenados à exclusão social. Os processos de inclusão e, ao mesmo tempo, de exclusão de afrodescendentes e de povos indígenas na formação da sociedade brasileira, assim como as expressões contemporâneas do racismo e do antirracismo, tem sido objeto de análises que consideram a interface entre distintos marcadores da diferença, como raça, classe e gênero, e situam o Brasil no contexto regional e internacional.

Nesse breve período de 129 anos de “liberdade”, pouco se avançou em políticas públicas para uma ampla conscientização antirracista – como defende Angela Davis (2016), enquanto fundamental para acabar com o racismo – e tal omissão é conveniente com a continuidade da exploração da classe trabalhadora, que é em sua maioria preta, periférica e “não abastada”. Os dados recentes do IBGE em 2016 demonstram que, de forma não acidental, negros estão muito aquém de uma equiparidade salarial no mercado de trabalho, ganhando somente 59% em média do rendimento de pessoas brancas. Já as experiências

violentas a qual a juventude negra é exposta devido ao racismo estrutural enraizado política, econômica e institucionalmente na sociedade, se acentuam devido ao processo de retirada de direitos e abandono total do Estado, que ignora as condições precárias da educação pública, do sistema de saúde público e os índices de encarceramento e extermínio das juventudes nas periferias.

Nesse cenário, são as mulheres negras que de forma acentuada sentem o impacto dessas políticas, interseccionando em si as estruturas racistas, patriarcais, sexistas e heteronormativas, pois há uma questão de gênero fundamental nessa equação – a qual coloca as mulheres numa condição subalterna e passível de objetificação. Como o próprio levantamento do IVJ 2017 aponta, os índices evidenciam a brutal desigualdade que atingem negros e negros até na hora da morte. E essa desigualdade é sentida de forma substancial pelas mulheres negras, uma vez que políticas reacionárias de criminalização do aborto, como a PEC 181 e o estatuto do nascituro, somadas ao descaso com as políticas já implementadas contra a violência doméstica, por exemplo, resultam numa conta cara e inacessível, que as mulheres negras infelizmente pagam com a vida. No Brasil, uma mulher jovem e negra tem mais que o dobro de chance de ser vítima de homicídio quando comparada a uma jovem branca. É o que revela o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) 2017, divulgado pela UNESCO.

O COMBATE DA EXPLORAÇÃO DA MULHER NEGRA

“O ponto de partida de qualquer exploração na vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel enquanto trabalhadora” **Ângela Davis (2016) – Mulheres, raça e classe.**

A sua inserção no mundo do trabalho é muito mais difícil, pois extrapolam os limites de classes e lutam contra uma postura de inclusão de valores que foram pré-estabelecidos, em que o homem e a mulher são vistos com diferenças e, brancos e negros, da mesma forma, normalmente, a mulher negra é sempre preterível em relação aos seus concorrentes em uma vaga de emprego. As políticas de precarização e de retirada de direitos da classe trabalhadora escancaram a face real da “modernização” das relações de trabalho, que na verdade são reflexos escravagistas nas decisões tomadas pela casta política branca, corrupta e elitista contra a população negra.

Este princípio norteador tem peso significativo das condições socioeconômicas das mulheres, por ganharem menos do que os homens, mesmo tendo maiores níveis educacionais reflete uma preexistência das desigualdades de gênero as dimensões que a desigualdade se apresenta em determinada sociedade, suas multifaces, como um todo, exigindo mudanças para garantir o direito inerente á esta parcela discriminada. a trajetória da mulher, pode-se notar que esta sempre foi vítima dos mais diversos tipos de preconceitos e discriminações. Em se

tratando da mulher negra, pode-se acrescentar, ainda, o fato de que esta esteve sempre sujeita ao preconceito e discriminação de cunho racista. Essas políticas enquanto racistas e classistas é essencial, pois a própria sociedade burguesa brasileira se fundamentou no racismo e no escravagismo; suas estratégias perduram e se atualizam ainda de forma velada, como um ataque sorrateiro à negritude e às mulheres negras. Nesse contexto, é importante se resgatar o papel dos movimentos sociais no processo de dar voz aos excluídos e marginalizados na luta por dignidade e cidadania.

O MOVIMENTO FEMINISMO

Apesar dos problemas enfrentados por esses movimentos de mulheres deu o grito estremeceu as barreiras da exclusão e abriu portas para a liberdade e resgate da humanidade de seus sujeitos, além de introduzir o reposicionamento de concepções e posturas políticas que colaboraram para os movimentos, como o feminista, repensarem a mulher como protagonista na construção de uma sociedade mais democrática.

Embora culturalmente divergente em determinados aspectos, o histórico de construção social das mulheres negras americanas e das brasileiras partem de uma localização comum enquanto escravizadas e sem nenhum direito. À medida que as mulheres brancas eram envolvidas pela ideologia da feminilidade, o sistema escravista definia o povo negro enquanto propriedade, unidades de trabalho lucrativas. Logo, as mulheres poderiam ser desprovidas de gênero e estavam muito distantes da suposta “fragilidade” feminina propagada no século XIX, ideologia essa que enfatizava o papel das mulheres enquanto mães protetoras, donas de casa, amáveis para seus maridos.

No entanto, a situação da mulher negra é muito mais complexa, pois esta é duplamente estigmatizada: pela sua condição de mulher e pela questão racial. A discriminação racial na vida das mulheres negras é constante, apesar disso, muitas constituíram estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática. A Constituição cidadã inovara ao trazer à tona a ideia da política social como instrumento de inclusão social: políticas universalistas e de extensão de direitos sociais às camadas mais pobres da população. A política social de inclusão tinha como pilares programas e ações que, longe dos mecanismos de transferência de renda para os eternamente carentes ou pobres, visavam proporcionar – sob a égide da ideia de seguridade social – o resgate da chamada dívida social.

A diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade envolve suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar mudanças na construção de uma identidade nacional. Registrar as dificuldades na temática do preconceito e da discriminação racial/étnica faz parte do cotidiano. Para mais, se faz pertinentes, analisar o processo de identidade que tem sido alvo de preconceitos, discriminações e exclusão social e encontrar estratégia para contornar tal situação. É notório que o racismo está presente na sociedade de forma camuflada e disfarçada, podendo ser observado pelos meios de comunicação, exclusivamente televisivo, de modo, a criar uma crença de que habitamos num paraíso racial, pois a miscigenação “forçada” motivou o mito da democracia racial, que é compreendida como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no país.

A SAÚDE DA POPULAÇÃO E A MULHER NEGRA

A saúde da mulher negra não é algo visto com relevância nas ciências de saúde, sendo inexpressiva a produção de conhecimento científico nessa área, uma abordagem bastante peculiar e significativa em um contexto geral, no mais tal abordagem sobre saúde da mulher negra, necessita-se fazer presente nos currículos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação em saúde. Percebesse-se que ainda é uma temática pouco pesquisada e ignorada por pesquisadores, estudantes e profissionais da saúde.

As reivindicações da população negra e de movimentos sociais- especialmente o Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro, lutando por mais e melhor acesso ao sistema de saúde participaram da esfera pública ao longo de vários períodos da história das mobilizações negras, principalmente no período pós-abolição e se intensificaram na segunda metade do século XX, com forte expressão nos movimentos populares da saúde, assim participando dos processos que regravaram a reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde.

No entanto é possível verificar que essa presença, apesar de ter contribuído para uma nova concepção de um sistema universal de saúde com integralidade, equidade, e participação social, não foi suficiente para inserir um novo sistema, mecanismo explícitos de superação dos conflitos enfrentados pela população negra no acesso a saúde, particularmente aquelas impostas pelo racismo.

Algo que ficou interligado entre racismo e vulnerabilidades em saúde chagou á agenda da gestão publica com mais poder após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995. Essa marcha que levou milhares de ativista de todas as regiões do país, que provocou a criação do Grupo de trabalho interministerial para a valorização da população negra (GTI), reunindo ativistas, pesquisadores e representante do governo para a formulação de novas propostas de ação governamental.

No que se refere ao âmbito da suade, o qual contava com participação de representação do respectivo Ministério, o GTI (grupo de trabalho interministerial), realizou um mesa redonda sobre a saúde da população negra (1996), resultando na proposição de conjunto de medidas. Entre elas estavam a inserção do quesito de raça/cor na declaração de nascidos vivos e de óbitos; a criação do programa de anemia falciforme (PAF) e a detecção precoce da doença via triagem neonatal a partir do programa nacional a ser criado, a reestruturação da atenção á hipertensão arterial e ao diabetes mellitus, o fortalecimento ao programa saúde da família até as comunidades quilombolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar uma breve análise sobre a trajetória da mulher, pode-se notar que esta sempre foi vítima dos mais diversos tipos de preconceitos e discriminações. Em se tratando da mulher negra, pode-se acrescentar, ainda, o fato de que esta esteve sempre sujeita ao preconceito e discriminação de cunho racista. Nesse contexto, é importante se resgatar o papel dos movimentos sociais no processo de dar voz aos excluídos e marginalizados na luta por dignidade e cidadania. Vê-se que apesar dos problemas enfrentados por esses movimentos seu grito estremeceu as barreiras da exclusão e abriu portas para a liberdade e resgate da humanidade de seus sujeitos, além de introduzir o reposicionamento de concepções e posturas políticas que colaboraram para os movimentos, como o feminista, repensarem a mulher como protagonista na construção de uma sociedade mais democrática. No entanto, a situação da mulher negra é muito mais complexa, pois esta é duplamente estigmatizada: pela sua condição de mulher e pela questão racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da mulher numa perspectiva negra sempre foi por muito tempo fonte de estudo, devido a enorme gama de lutas e fatos históricos que poderiam e deveriam ser explorados. Esperamos ter alcançado nossos objetivos primordiais, ou seja, atender ao desafio proposto e suscitar uma reflexão sobre a questão da mulher negra que guerreiam contra a múltipla discriminação sofrida pelas relações desiguais que envolvem raça/etnia é constante; intensificando as melhores posições sociais para as pessoas brancas. A chegada da mulher negra no Brasil, na condição de escrava, iniciou-se a luta em prol de vida com dignidade na sociedade brasileira. Nesse contexto, segundo VALENTE (1994) está “as mulheres negras e as mulatas que em geral, sofrem de tripla discriminação: sexual, social e racial. Portanto tudo o que se coloca como problemático para a população negra atinge especialmente as mulheres”.

Essa pesquisa ressalta a trajetória de vida, de políticas públicas para mulheres negras em prol da superação das desigualdades racial e de gênero e analisar os sentidos e significados que interfere na agenda dos movimentos sociais e em quais momentos históricos as reivindicações dos movimentos de mulheres e étnico-raciais. Para tanto, objetivou-se entender como essas mulheres negras no contexto de suas trajetórias, sendo que por ser mulher e negra a luta por seus direitos na sociedade é bastante dificultosa e a relação deste processo com a construção afirmativa de suas identidades negras. A constante busca por uma vida melhor advém em todas as esferas de sua trajetória com o intuito de modificar seu destino. E essas lutas devem ser reguladas para que se transformem em políticas públicas, na qual Estado possa fazer valer os direitos constitucionais, mas induzindo em conta as especificidade do povo brasileiro e principalmente a diversidade da mulher negra.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. 2003,126 p. **Mulheres em movimento**: Estudos Avançados, São Paulo, nº 49.

DAVIS, Angela. 2016 [1981]. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**; disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> <acesso em 04.05.2019>

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/jovem-negra-tem-2-vezes-mais-chance-de-ser-assassinada-no-brasil-revela-unesco/> <acesso em 04.05.2019>.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/23/o-que-e-a-pec-181/> <acesso em 04.05.2019>.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> <acesso em 04.05.2019>

Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/reflexoesepraticasdetransformacaoefeminista-1.pdf> <acesso em 04.05.2019>

Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/01/o-desafio-de-ser-mulher-negra-no-brasil-racismo-feminismo-escravidao/> <acesso em 04.05.2019>.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000300535&script=sci_abstract&tlng=pt <acesso em 04.05.2019>.

PIOVESAN, Flávia. 2010 **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva.

PEC 181, 2018. **Lei Do Aborto No Brasil**, A Proposta de Emenda Constitucional.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. 1994. **Ser Negro No Brasil Hoje**. 11 ed. São Paulo: Moderna.

UNESCO, 2017. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ).